

## POLÍTICA

# É quase certo: parlamentarismo depois de Sarney.

*O anteprojeto do relator Bernardo Cabral vai seguir a tendência da maioria dos constituintes: adotará o parlamentarismo que, no entanto, só vigorará para o sucessor de Sarney, que terá plenos poderes dentro do presidencialismo até o final de seu mandato.*

Preservar os plenos poderes do presidente José Sarney no sistema presidencialista, com a adoção do parlamentarismo apenas a partir da posse do seu sucessor: é esse o rumo que o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, pretende dar à questão do sistema de governo em seu anteprojeto de Constituição a ser apresentado ao plenário da Assembléia.

O anteprojeto incluirá também, segundo informou ontem o próprio Cabral, depois de um reunião com "moderados" do PMDB, mandato de cinco anos para Sarney, com eleições presidenciais a 15 de novembro de 1989, e posse a 15 de março de 1990. Cabral confirmará ainda, a competência da legislação ordinária para definir a estabilidade no emprego e a jornada máxima de trabalho. De qualquer forma, segundo seu anteprojeto, Sarney será chefe de governo e chefe de Estado até o final do mandato. E todas essas disposições só poderão ser derrubadas através de maioria absoluta no plenário.

Cabral recebeu perto de 40 "moderados" do PMDB, que lhe foram levar apoio e solidariedade, diante de informações de que estaria sendo "pressionado" por líderes e dirigentes do PMDB e seus assessores. No encontro, Cabral garantiu que sua independência está sendo preservada e que não abrirá mão de seus princípios e da linha programática do PMDB.

A proposta de adoção do parlamentarismo apenas depois de Sarney, poderá, no entanto, provocar fortes reações entre os parlamentaristas, considerados, no momento, maioria na Constituinte. Eles estão agastados com o fato de o presidente Sarney, anteontem, no México, ter defendido o presidencialismo, o que poderia abalar as convicções de muitos dos atuais parlamentaristas, refletindo-se essa mudança nas votações finais.

É uma das reações possíveis, segundo nosso comentarista Carlos Chagas, seria a chantagem. Se o parlamentarismo encontrar grandes obstáculos em função da posição de Sarney, os parlamentaristas poderão ameaçar com a votação pela redução do atual mandato para quatro anos, incorporando-se



Sarney: mandato preservado.

aos grupos que pregam diretas em 88.

Para evitar maiores problemas, o deputado Michel Temer (PMDB-SP), especialista em Direito Constitucional e um dos auxiliares do relator Bernardo Cabral, apresentou emenda ao anteprojeto determinando que até 90 dias depois da promulgação da nova Carta, o regime de governo aprovado — parlamentarismo ou presidencialismo — seja submetido a consulta popular.

Segundo a emenda Temer, se o sistema aprovado pelo referendo for o parlamentarismo, deve vigorar apenas depois da eleição do sucessor de Sarney, permanecendo assim a posição de Bernardo Cabral. Na hipótese de rejeição do sistema aprovado pela Constituinte e já constante da nova Carta, a emenda dispõe que a Comissão de Sistematização regulará, no prazo de 15 dias, o sistema aprovado pelo plebiscito, submetendo o projeto à discussão e deliberação final da Constituinte, no mesmo prazo.

Apesar, porém, de a tendência atual dos constituintes ser favorável ao parlamentarismo, há quem acredite ainda numa virada. É gente importante, como o presidente da Constituinte, do PMDB, da Câmara e ainda hoje interino da República, Ulysses Guimarães. Se a votação fosse hoje, ganharia o parlamentarismo, disse ele ao prefeito de sua terra, Rio Claro, Kal Machado. Mas garantiu que o quadro mudará depois da ação dos governa-



Ulysses: à espera de uma virada.

dores, que, como ele, Ulysses, são contrários ao parlamentarismo.

O próprio governador Orestes Quércia, de São Paulo, afirmou que "o Brasil precisa do sistema presidencialista", ao defender, ontem, uma rápida definição do PMDB sobre a questão. E anunciou que ainda esta semana manterá contatos com os governadores do Sul do País, para marcar uma reunião na primeira quinzena de setembro, no Rio de Janeiro.

Outro que, na esteira das declarações do presidente Sarney, manifestou-se pelo presidencialismo, foi o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Da tribuna da Constituinte, declarou-se a favor de um presidencialismo forte ao lado de um Legislativo e um Judiciário também fortes, além de uma imprensa livre, "que, como nos Estados Unidos, funcione como um quarto poder".

O próprio líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, um parlamentarista conhecido, admitiu, durante reunião de seu colegiado de vice-líderes, que não há mais dúvidas, no grupo, de que o parlamentarismo será de fato aprovado. E discutiram estratégias para enquadrar a correlação de forças entre a Câmara e o Senado, dentro desse contexto.

Outro que considerou fatal a aprovação do parlamentarismo, mas só depois do mandato de Sarney, foi o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Segundo ele, o presidencialismo idealizado pelo

presidente só existe mesmo nos Estados Unidos, onde os três poderes atuam equilibradamente, enquanto no Brasil, na prática, existe apenas o Poder Executivo. Para ele, por mais que Sarney defenda o presidencialismo, a questão é de convicção pessoal de cada constituinte, e a grande maioria deles é a favor do parlamentarismo.

"Vamos aprovar o parlamentarismo aqui. O presidente Sarney, se não quiser o novo regime, que renuncie", foi a reação veemente do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS). Ele considerou "um desrespeito" à Constituinte as declarações de Sarney no México, a favor de um presidencialismo forte para a América Latina.

Para Luiz Henrique, "o presidencialismo se esgotou, é coisa do Terceiro Mundo, onde há uma sucessão de aberturas e ditaduras, em clima quase permanente de instabilidade".

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS), não tem dúvidas sobre a aprovação do parlamentarismo, mas acha que será implantado logo depois da promulgação da nova Carta.

E o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, simpático ao presidencialismo, disse não ter estranhado a manifestação de Sarney por esse sistema de governo, "uma posição antiga, revelada inclusive quando ele anunciou, imperialmente, que vai ficar cinco anos no poder".

Mas se Covas também acha muito provável a aprovação do parlamentarismo, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, se mostrou cético quanto à permanência desse sistema, se realmente aprovado: "Um presidente da República, eleito com 30 a 40 milhões de votos, não se vai subordinar a um deputado, eleito com 30 a 40 mil. É lógico que, em 15 dias, vai pedir plebiscito para a volta ao presidencialismo", previu.

Já o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, disse que seu partido é contrário ao parlamentarismo por entender que a vocação brasileira é a do presidencialismo. Ele defendeu também, como Mário Covas, a adoção do voto distrital como fundamental, caso seja aprovado o parlamentarismo.

## Uma garantia para Senac, Sesi, Sesc e Senai.

A criação de um orçamento social, para substituir todos os fundos de caráter social e até o recém-proposto Fundo Nacional de Seguridade Social, foi sugerida e acatada ontem pela Comissão de Sistematização e constará do esboço de anteprojeto a ser enviado aos líderes partidários. Essa reunião estava marcada para hoje, mas foi adiada para amanhã à tarde a pedido de Ulysses Guimarães, que ainda hoje permanece no exercício da Presidência da República. Com esse orçamento social — afastada a criação do Fundo de Seguridade Social — ficaria garantida a permanência do Sesi, Sesc, Senac e Senai.

Esse orçamento social chegará ao Congresso anualmente junto com os orçamentos fiscal e monetário. Além disso, todo o ano o Congresso votará uma lei de diretrizes orçamentárias (até o mês de abril), onde constarão as prioridades que a Casa deseja para os orçamentos da União, em especial o social. Essas informações são do senador Fernando Henrique Cardoso, falando em nome da Comissão de Sistematização, que ontem esteve reunida mais uma vez no prédio do Banco do Brasil.

Enquanto isso, a decisão do relator Bernardo Cabral, de não realizar seu trabalho nas dependências da Assembléia Nacional foi denunciada pelo deputado José Genoíno (PT-SP) como anti-regimental. O primeiro vice-presidente da Constituinte, Jorge Arbage, concordou e prometeu levar a denúncia à Mesa da Assembléia.

Já na sessão noturna de ontem, o plenário da Constituinte discutiu a reforma urbana, mas não despertou maior interesse dos 50 constituintes presentes. Mas houve consenso quanto à necessidade de a Assembléia tratar com maior dedicação e seriedade o problema.

E o presidente da OAB, Márcio Thomas Bastos, entregou ontem a Ulysses Guimarães a proposta da entidade para a reforma do Poder Judiciário. Dela constam a transformação do Supremo Tribunal Federal em Tribunal Constitucional (para julgar apenas matérias constitucionais) e a criação do Superior Tribunal de Justiça (para os assuntos da lei ordinária).

## A missão das Forças Armadas. É um alerta.

Se, no capítulo das Forças Armadas, retirarem do texto constitucional o termo "garantia da lei e da ordem", a essência de sua missão constitucional é modificada. O alerta é de um assessor parlamentar do Exército, que ressaltou, contudo, não ser certa ainda tal modificação dentro do substitutivo. De qualquer forma, os militares estão empenhados em manter sua antiga destinação, que lhes garante participação na defesa interna.